



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO



MARCOS
DA
SILVA
PORTO
21/10/2026 17:32

ATA DE REUNIÃO

Grupo de Trabalho para Elaboração de Plano de Contingência Socioambiental

HORÁRIO	LOCAL	DATA
16h	Telepresencial pelo Google Meet	8/10/2026

Presentes:

- Desembargador Coordenador, Marcos da Silva Pôrto;
- Juíza Auxiliar da Presidência, Daniela Macia Ferraz Giannini;
- Secretária-Geral da Presidência, Adriana Martorano Amaral Corsetti;
- Assessora de Gestão Estratégica, Iara Cristina Gomes;
- Assessor de Segurança Institucional, Cleber Ribeiro Morello;
- Coordenador de Comunicação Social, Roberto Torres Babini;
- Adelaide Leticia Silviano do Prado Scarpini, representando a representando a Coordenadoria de Gestão de Projetos, Processos e Riscos;
- Fabio Gomes Amorim de Souza, representando a Coordenadoria de Gestão de Projetos, Processos e Riscos;
- Aderbal Rogerio Bergamaschi, representante da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação;
- Ildevan Domingos Andrade, representante da Secretaria de Infraestrutura, Logística e Manutenção Predial;
- Representante da Divisão de Apoio às Comissões e aos Comitês, Carlos Eduardo Buzan Larica.

Ausências justificadas:

- Juíza Cristiane Montenegro Rondelli;
- Secretário de Tecnologia da Informação e Comunicação, Herbert Wittmann;
- Secretário de Saúde, Sérgio de Oliveira Cordeiro;
- Coordenadora de Sustentabilidade, Acessibilidade e Integridade, Helen da Silva Paes de Souza;
- Secretário de Infraestrutura, Logística e Manutenção Predial, Edvilton Bergamasco Fontes Galante.

Pauta/ Assuntos	1- Apresentação da planilha de mapeamento de riscos e ações para a elaboração do Plano de Contingência Socioambiental; 2 - Apresentação das tratativas e subsídios colhidos junto à Defesa Civil do Estado e de Campinas; 3 - Debate sobre a governança, responsabilidades e fluxos de acionamento em situações de emergência/crise; 4- Definição de encaminhamentos e prazos para contribuições ao documento preliminar.
----------------------------	---

TÓPICOS DEBATIDOS / RESULTADOS



O Excelentíssimo Desembargador Marcos da Silva Pôrto, Coordenador do Grupo de Trabalho para Elaboração de Plano de Contingência Socioambiental, iniciou a reunião cumprimentando e agradecendo a todas e a todos pela participação, passando à análise da pauta anteriormente compartilhada.

A representante da Assessoria Estratégica, Iara Cristina Gomes, publicizou que foi realizado levantamento preliminar dos protocolos e instrumentos já existentes no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região.

Na apresentação da planilha, explanou que foram organizadas informações relativas aos riscos identificados e às diferentes fases de atuação — prevenção e preparação, resposta emergencial e continuidade dos serviços —, incluindo ações internas, fontes de monitoramento, critérios de alerta, parceiros externos, fluxos de comunicação e instrumentos ou planos correlatos. Destacou, ainda, que alguns campos da planilha, especialmente os relativos a quem deve ser acionado e à unidade responsável pela execução das providências, ainda exigem análise cuidadosa.

A servidora Iara Cristina Gomes chamou a atenção para a necessidade de se definir, de forma objetiva, o fluxo de acionamento e a unidade que receberá inicialmente a comunicação sobre uma ocorrência grave, bem como as instâncias que deverão ser envolvidas na sequência, a depender da extensão dos impactos. Observou que a planilha deve ajudar a definir quem comunica, quem coordena e quem executa as providências, sem antecipar detalhamentos locais que serão tratados em etapa posterior. Relatou também sua percepção a partir de reunião anterior relacionada a uma situação emergencial no Vale do Ribeira: embora houvesse diversas pessoas empenhadas em solucionar o problema, teria faltado uma referência clara de liderança para orientar as ações, estabelecer prioridades e indicar os próximos passos e prazos. Defendeu, assim, que o plano prepare o Tribunal para responder de maneira coordenada e profissional, reduzindo a possibilidade de que as unidades sejam surpreendidas ou fiquem sem orientação durante uma emergência.

O Desembargador Marcos da Silva Pôrto concordou com a pertinência da preocupação e ponderou que a definição das responsabilidades deve considerar a governança institucional e as competências das áreas envolvidas. A Presidência e a Diretoria-Geral foram consolidadas como o ápice de comando para acionamento e distribuição de competências às áreas



operacionais e administrativas.

Roberto Torres Babini, Coordenador de Comunicação Social, ressaltou a importância de definir quem deve ser acionado e a quem a ocorrência deve ser reportada. Acrescentou que as equipes terceirizadas precisam estar integradas à rede de comunicação e orientação, pois frequentemente são as primeiras a identificar situações anormais e podem estar presentes em horários nos quais há menos servidores nas unidades, devendo, de tal forma, receber instruções claras sobre como proceder e a quem comunicar eventuais ocorrências.

O Assessor de Segurança Institucional, Cleber Ribeiro Morello, informou que realizou reunião presencial com o Coordenador Regional da Defesa Civil (Sidney Furtado), obtendo materiais normativos, o Código Brasileiro de Desastres e modelos de planos de contingência. Foram disponibilizados contatos de emergência e canais diretos (superiores ao telefone público 199) para a Assessoria de Segurança e Inteligência do TRT15, com envio diário de boletins e alertas preventivos meteorológicos.

A Defesa Civil também disponibilizou e encaminhou, via PROAD, o mapeamento multirisco dos prédios do TRT15 localizados em Campinas, classificando o Fórum em área de risco baixo (devido ao relevo/calha canalizada próxima). De igual forma, forneceu links e mapas geotécnicos dos municípios que sediam unidades do Tribunal, atuando a Segurança Institucional na plotagem e comparação das localizações dos fóruns/varas com a legenda de risco climático/geológico das respectivas cidades para subsidiar a atuação preventiva.

Como sugestão da Defesa Civil, uma eventual formação de um Centro de Operações de Emergência (COI) / Gabinete Temporário de Gestão de Crise no Tribunal para assessorar a Presidência durante eventos críticos estendidos.

Ao fim, o colegiado acordou que ações internas do Tribunal deverão contemplar o recebimento e acompanhamento prévio dos boletins diários de alerta climático emitidos pela Defesa Civil, permitindo a atuação preventiva diante de fenômenos climáticos severos (como o El Niño).

Após, o Grupo de Trabalho definiu que a planilha de riscos será submetida a seus integrantes para revisão das colunas relativas a acionamento, unidades responsáveis e ações internas, devendo as contribuições serem encaminhadas por e-mail diretamente para a servidora lara



Cristina Gomes até o dia 16/10/2026, com o assunto assinalado exclusivamente como "PROTOCOLO".

A Assessoria de Gestão Estratégica realizará a consolidação das sugestões para avanço da minuta final do Plano de Contingência Socioambiental, cujo prazo fatal de entrega do trabalho é o final do mês de novembro.

O Desembargador Coordenador Marcos da Silva Pôrto e a Juíza Cristiane Montenegro Rondelli informaram sobre período de férias a partir do dia 15/10, mantendo-se, contudo, à disposição para os desdobramentos dos trabalhos.

Resultados: 1) A planilha de riscos será submetida aos integrantes do Grupo de Trabalho para revisão das colunas relativas a acionamento, unidades responsáveis e ações internas. As contribuições deverão ser encaminhadas por e-mail diretamente para a servidora Iara Cristina Gomes; 2) a Assessoria de Gestão Estratégica realizará a consolidação das sugestões para avanço da minuta final do Plano de Contingência Socioambiental, cujo prazo fatal de entrega do trabalho é o final do mês de novembro.

Sem outros assuntos a tratar, o Excelentíssimo Desembargador Coordenador, Marcos da Silva Pôrto, agradeceu a presença de todas e todos e encerrou a reunião às 16h57.

Ata preparada por:	Carlos Eduardo Buzan Larica (Divisão de Apoio às Comissões e aos Comitês)	Em:	13/10/2026
Ata aprovada por:	Marcos da Silva Pôrto, Desembargador Coordenador do Grupo de Trabalho para Elaboração de Plano de Contingência Socioambiental	Em:	21/10/2026

